

Ser grego, vestido à francesa e à portuguesa, climatizado no Brasil

O lugar do “clássico” na historiografia da Literatura Brasileira

Rafael Guimarães Tavares da Silva¹

O momento em que a Literatura é institucionalizada em bases modernas, na passagem do século XVIII para o XIX, coincide em termos gerais com aquele em que a Filologia se converte — moribunda como então se encontrava — na poderosa *Altertumswissenschaft* [Ciência da Antiguidade], a partir de sua profissionalização no interior do emergente modelo universitário moderno, tal como inaugurado por Humboldt, por volta de 1810 em Berlim. Essa “coincidência” pode ser explorada para compreendermos de que modo os campos acadêmicos dos Estudos Literários e dos Estudos Clássicos estão ligados ao destino de certos projetos modernos, sobretudo daqueles voltados para o estabelecimento do Estado-Nação.²

Entre Voltaire e Victor Hugo, a prática das Letras conhece uma transformação notável que pode ser repertoriada na definição com que esses autores e seus contemporâneos trabalham. De uma Poética Clássica — pautada durante séculos pelas noções de representação e emulação, sob o império da retórica —, passa-se para uma concepção de literatura como expressão autônoma e original de um gênio que se manifesta numa obra (geralmente publicada por escrito e assinada). Aqui, alguém poderia se perguntar: de que modo essa concepção de Poética, com sua visão sobre “belas-letras”, é substituída na Modernidade por outra? Inicialmente, cumpre esclarecer que a Poética Clássica é uma poética de classe. Isto é, de uma classe específica, a aristocracia. Seu fim, portanto, atrelado a tudo o que essa visão de mundo implica, só pode ser entendido a partir de uma transformação social que coloca em xeque justamente o fundamento dessa sociedade, qual seja, a noção aristocrática de uma distinção natural entre as classes.³

Buscando explicar o desaparecimento da retórica nesse mesmo contexto — acontecimento que está ligado ao desaparecimento da própria Poética Clássica, uma vez que esses sistemas de controle dos discursos se complementam — Todorov afirma o seguinte:

¹ Professor de Literatura da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Ainda seria possível relacionar esses desenvolvimentos com outros do mesmo período, como o advento da Linguística, da Filosofia, da Estética, da Arqueologia e da Antropologia (incluindo o campo da Mitologia) enquanto disciplinas universitárias: FOUCAULT, 1966; TODOROV, 2014, p. 115-213; DETIENNE, 1992, p. 15-47; LAKS, 2013, p. 39-115; TURNER, 2014.

³ Para mais referências sobre o fim da Poética Clássica nesse período: ABRAMS, [1953] 2010, p. 15-142; TODOROV, 2014, p. 241-351; LACQUE-LABARTHE, NANCY, 1978, p. 13-25; p. 263-88; SCHAEFFER, 1983; ARAÚJO, 2006, p. 113-45; TURNER, 2014, p. 147-66.

Quando acontece uma mudança radical no campo ideológico, nas premissas e valores geralmente aceitos, pouco importa a qualidade das observações e explicações de pormenor: elas são varridas, ao mesmo tempo que o princípio que elas implicavam. E ninguém se preocupa com o bebê jogado fora junto com a água suja do banho.

Ora, é justamente a uma ruptura desse gênero que assistimos no período em questão; ruptura preparada no século XVIII, e da qual todas as consequências se revelam no século seguinte. A causa distante, mas certa, dessa reviravolta é o advento da burguesia e dos valores ideológicos que ela traz consigo. No que nos diz respeito, essa ruptura consiste na abolição de uma visão de mundo que possuía valores absolutos e universais ou, para tomar apenas o exemplo mais eloquente, na perda de prestígio sofrida pelo cristianismo; e em sua substituição por outra visão, que se recusa a atribuir um lugar único a todos os valores, que reconhece e admite a existência do fato individual, que não é mais o exemplo imperfeito de uma norma absoluta. (TODOROV, [1977] 2014, p. 185-186, trad. Roberto Leal Ferreira).

Todorov alude aqui, evidentemente, à revolução que representará o historicismo como paradigma fundamental para a produção do conhecimento científico durante o século XIX (sobretudo na área das Humanidades, mas não apenas). Não é à toa que nomes como Vico, Herder e Schlegel aparecem tão comumente mencionados por quem estuda essas transformações. Em todo caso, ele tem razão quando afirma que a causa última de tais mudanças é o advento da burguesia e seus valores ideológicos. É possível representar simbolicamente a ruptura testemunhada nessa época tanto por meio de um acontecimento político, como a Revolução Francesa (1789), quanto por meio de um acontecimento filosófico, como a publicação por Immanuel Kant de sua *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790). Em termos filológicos, poderíamos evocar também a publicação dos *Prolegomena ad Homerum* de Wolf (1795) e todas as discussões fomentadas por seu posicionamento crítico: afinal, os modernos passam a se identificar como aqueles capazes de reconhecer a diferença entre fábula e história no seu trato com o material tradicional. Com base nesses três marcos, o fim do século XVIII surge como um verdadeiro limiar: fim do universalismo tradicionalmente atribuído aos valores de classe aristocráticos; fim da submissão das obras poéticas aos princípios éticos e pedagógicos do *placere et docere*; advento de uma noção de literatura como manifestação historicamente condicionada.⁴

Nos entornos desse conturbado momento histórico são lançadas as sementes para a maioria dos projetos modernos de devir do ser humano enquanto coletividade. Que essa seja uma coletividade nacional ou uma coletividade pretensamente universal (de viés humanista) é algo que varia segundo o projeto em questão, como ocorre entre Madame de Staël e Karl Marx,

⁴ Para referências sobre a influência da filosofia kantiana sobre o pensamento alemão, e mesmo europeu, dos séculos XIX e XX: LACOUÉ-LABARTHE, NANCY, 1978, p. 42-52; SCHAEFFER, 1983, p. 21-2; ARAÚJO, 2020, p. 23-277.

Friedrich Schlegel e John Henry Newman, mas todas essas concepções fazem parte das premissas compartilhadas pelos Estudos Literários e Clássicos. Os dois campos universitários servem ao propósito de consolidar ideologicamente o Estado-Nação numa Europa cada vez mais industrializada e interessada em expandir suas economias por meio da colonização do restante do globo. O nacionalismo viceja como fenômeno cultural em associação ao que vem suscitado por uma poética moderna da expressão: seja como expressão do gênio, seja como expressão da comunidade, a cultura — sobretudo em sua manifestação mais bem-acabada, qual seja, a literatura — encarrega-se de unir a coletividade, inspirando-lhe um sentido de identidade. Quando isso se dá no âmbito de uma instituição nacional (e, como costuma acontecer nesse período, nacionalista), a literatura suscita o sentimento de pertencimento coletivo em termos linguísticos, geográficos e culturais.

Na Alemanha, a função modelar que a Antiguidade clássica vem a desempenhar na educação moderna europeia constitui um caso paradigmático. O modelo hegemônico de universidade moderna parte de um movimento intelectual que remonta — por meio de Wolf, Humboldt, Schleiermacher, Schiller e outros — a Winckelmann, em meados do século XVIII. Na esteira do trabalho fundador desses eruditos, elabora-se uma espécie de mito que reivindica a Antiguidade clássica como a origem espiritual dos alemães moderno e se sobrepõe ao mito clássico europeu, transformando-se num mito especificamente alemão (nacional), acerca das afinidades eletivas entre essas duas culturas, a fim de corroborar as pretensões germânicas de sua superioridade espiritual (na linha do que já aparece nas obras de juventude de Schlegel e Humboldt, por exemplo). Assim sendo, essas relações instituem uma espécie de *arkhé* espiritual responsável por elevar os próprios alemães ao posto de nação eleita (no sentido de uma *Kulturnation*).

A forma como a Alemanha moderna reivindica sua origem na Antiguidade clássica constitui um dos cernes de seu sistema educacional, com o ideal clássico aparecendo como elemento incontornável na formação de novos quadros da administração pública. O sucesso disciplinar e pedagógico desse modelo faz com que ele assuma caráter paradigmático na segunda metade do século XIX também para outras potências europeias, como traço distintivo da pretensa superioridade de suas culturas sobre aquelas de outros continentes.

Com base nesse esquema geral, gostaria de entender o sentido do que afirma um dos autores apontados até hoje como um dos responsáveis pelo “grito de Independência” da Literatura Brasileira — qual seja, o francês Ferdinand Denis — quando proclama o seguinte:

O Brasil, que sentiu necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe haviam sido impostas pela Europa já sente necessidade de haurir inspirações

poéticas numa fonte que lhe pertença de fato; e, na sua glória nascente, bem cedo nos dará obras-primas deste primeiro entusiasmo, que atesta a juventude de um povo.

Se esta parte da América adotou uma língua aperfeiçoada pela nossa velha Europa, deve todavia repelir as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia: gastas pela nossa antiga civilização, foram levadas a essas plagas onde as nações não as poderiam compreender bem, e onde deveriam ter sido sempre desconhecidas; não estão em harmonia nem de acordo com a natureza, o clima, as tradições [...].

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve crescer com o espetáculo que lhe é oferecido; majestoso, graças às obras-primas antigas, deve ficar independente e guiar-se apenas pela observação. A América, enfim, deve ser livre na sua poesia como no seu governo. (DENIS, 1826, p. 515-6, trad. minha).

Recorrendo às reflexões que Madame de Staël, Chateaubriand e os irmãos Schlegel propõem — a partir de Vico, Herder e outros —, a doutrina romântica da expressão do “espírito nacional”, como reflexo de suas condições específicas em termos de meio ambiente, raça e cultura locais, passa a ser aplicada às obras literárias produzidas no Brasil. Com base nesses critérios, toda a literatura anterior vem submetida à crítica daqueles que recriminam o “servilismo” da imitação clássica, enquanto buscam as primeiras manifestações do “caráter nacional brasileiro”. Com isso, as obras de autores como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga vêm desvalorizadas em face do *Uruguai*, de Basílio da Gama (1769), e do *Caramuru*, de Santa Rita Durão (1781), na medida em que esses autores apresentariam traços mais distintivos da brasilidade do que aqueles que recorrem a temas neoclássicos em sua poesia.⁵

Em seu “Bosquejo da História e da Poesia Portuguesa”, Almeida Garrett (1826) desenvolve ideias análogas a essas, falando da “índole nacional” e do “espírito nacional” em termos literários para o caso de autores portugueses e brasileiros. Indicando a necessidade de valorização dos elementos locais para que a literatura nacional possa se desenvolver efetivamente — em detrimento daquilo que é importado de literaturas estrangeiras —, Garrett acaba por condenar a maior parte do que é escrito no Brasil como mera imitação de modelos europeus, ditando assim o tom de muitas outras reflexões críticas elaboradas sobre esse material durante o século XIX.

O primeiro brasileiro a abordar essa questão é Gonçalves de Magalhães, quando redige o texto “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”, publicado em 1836 no número inaugural da revista *Niterói*, que sai em Paris. Buscando compreender as razões pelas quais muitas das contribuições escritas no Brasil durante os séculos anteriores são desprovidas de “caráter

⁵ Sobre as ambivalências que Denis incorpora em suas obras e atitudes perante o Brasil: ROUANET, 1991.

nacional”, o estudioso esforça-se por situar historicamente o problema e retorna às condições do processo de exploração imposto por Portugal à colônia americana. A dureza desse processo teria impossibilitado que os nascidos na América assumissem sua natureza e conseguissem expressar-se plenamente. Denunciando a falta de autenticidade da poesia então produzida no Brasil, Magalhães propõe a seguinte imagem:

A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Helicon, que, peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, o trépido sussurro do Lodon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Encantados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens, que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia [...]. Tão grande foi a influência, que sobre o gênio brasileiro exerceu a grega mitologia transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam, e vão apascentar seu rebanho nas margens do Tejo, e cantar à sombra das faias. (MAGALHÃES, 1836, p. 146-7, ortografia atualizada).

Muitas das imagens depois empregadas pelo nacionalismo romântico brasileiro já aparecem no texto de Magalhães, constituindo uma espécie de programa literário para a consagração de uma literatura verdadeiramente nacional. Embora os limites na compreensão de Literatura Brasileira, entendida em termos históricos, ainda devessem ser submetidos às reflexões críticas de Pereira da Silva, Joaquim Norberto e especialmente Santiago Nunes Ribeiro,⁶ na linha do que vem estudado por Coutinho (1969, p. 305-11), Candido (1981, p. 328-41) e Zilberman (2000, p. 30-8), a verdade é que o nacionalismo romântico brasileiro acaba ditando a produção literária mais significativa das décadas seguintes com suas reivindicações de ênfase na cor local, valorizando elementos característicos do clima, da vegetação e da fauna brasileiros, com a escolha do indígena como representante de uma nobreza primeva, verdadeiramente brasileira, desde as obras de Gonçalves de Magalhães até aquelas de José de Alencar.

O projeto alencariano enseja ricas reflexões sobre o problema da identidade nacional. Movido talvez pelas críticas a seu “desleixo” na representação de certas realidades históricas e sociais, o autor manifesta-se em 1872, no prefácio de *Sonhos d'Ouro*, defendendo a liberdade literária do criador para transcender o pitoresco, que, embora pudesse ser o mais característico

⁶ Um dos trechos mais emblemáticos do texto de Ribeiro (1974, p. 47) é quando afirma: “Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra Helênica, transportada às regiões do novo mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha.”

aspecto das condições locais, não era o único capaz de exprimir suas diferenças perante a Europa e outras partes do mundo. Refletindo sobre a vasta obra que já tinha publicado até então, Alencar expandia sua noção de literatura nacional para além da poesia primitiva, da natureza tropical e das relações entre colono e aborígene, propondo o seguinte:

“A literatura nacional, que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização?” (ALENCAR, 1955, p. 34).

Com isso, o romantismo brasileiro começa a libertar-se das amarras com que até então se apresenta perante o mundo “civilizado”, passando a encarar a literatura nacional cada vez mais como a expressão dialética secular capaz de sintetizar em formas originais e adequadas a posição do espírito europeu face à realidade americana (CANDIDO, 1981, p. 368). Esse amadurecimento crítico recebe sua formulação mais precisa no ano seguinte, 1873, quando Machado de Assis — um ainda jovem crítico literário — publica “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de nacionalidade”, pela revista *O Novo Mundo* (editada em Nova York).

Partindo de preocupações caracteristicamente românticas com a representação literária da nacionalidade, Machado desenvolve uma doutrina estética própria, incorporando elementos de uma tradição crítica que passa por antigos e modernos para refletir sobre a situação específica da literatura brasileira. Ao explorar a função normativa e reguladora da crítica, ele defende que fortalecê-la seria fundamental para promover uma literatura mais autoconsciente e afinada com os critérios estéticos gerais. Em sua oposição aos que pretendem limitar a nacionalidade da literatura brasileira à cor local e às manifestações de uma natureza tropical, exuberante e exótica, Machado menciona o caráter universal alcançado por muitos dos poemas indianistas de um poeta como Gonçalves Dias e propõe o seguinte:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 2022, p. 3).

Reconhecidas por João Hernesto Weber (1997) como o ponto de passagem entre a crítica romântica e a realista, sem se confundir com nenhuma delas, essas palavras promovem a “outra independência” da Literatura Brasileira, abrindo espaço para o que poderia ter sido um novo período de reflexão sobre a identidade nacional. O processo de tomada de consciência dos brasileiros sobre si mesmos em termos intelectuais, históricos e sociais — valendo-se da

literatura como um modo para pensar sua realidade à luz das grandes questões da humanidade — poderia ter ensejado condições propícias para que seus pontos cegos, de base socioeconômica, fossem vistos e abordados. As exclusões promovidas por uma sociedade escravocrata, patriarcal e calcada em modelos de exploração colonial poderiam ter começado a aparecer na forma como a Literatura Brasileira escreve sua história, mas isso acaba sendo obstaculizado por um movimento de controle dos aspectos mais disruptivos dessa proposta.

Sem entrar em detalhes do processo descrito atentamente por Weber (1997), gostaria de sugerir que não apenas Sílvio Romero e José Veríssimo, mas Nelson Werneck Sodré, Afrânio Coutinho, Antonio Candido, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi são alguns dos estudiosos que dão continuidade à tradição de historiografia da Literatura Brasileira a partir da tensão entre as influências estrangeiras (postas ou não sob o signo do clássico ou do universal) e as manifestações propriamente locais. Em que pesem as diferenças de tratamento de suas principais obras dedicadas ao tema, todos inevitavelmente acabam caindo na armadilha de tratar essas “influências estrangeiras” de uma perspectiva dicotômica, segundo a qual tais influências seriam:

- negativas, enquanto permanências coloniais atentando contra a consolidação de uma literatura realmente brasileira;
- positivas, enquanto meios para que aspectos da realidade local brasileira alcançassem certa universalidade.

O problema de trabalhar com essas alternativas é que uma dicotomia dessa natureza é fundamentalmente falsa. Uma leitura atenta ao posicionamento crítico do próprio Machado de Assis revelaria isso sem maiores dificuldades, como no que afirma em texto de 1879 (intitulado “A nova geração”):

A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-á pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora em nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas. (ASSIS, 1962, p. 813).

Se o “influxo externo” é o que continua determinando o movimento renovador proposto pela “nova geração” — em cuja atividade o crítico reconhece não apenas fragilidades, mas também alguns méritos —, evidentemente não se trata de qualificar *a priori* esse influxo como negativo ou positivo, mas sim de compreender como cada autor(a) lida com essa situação em

termos literários. Tal intuição aparece na base das publicações que Haroldo de Campos e Silviano Santiago apresentam como resposta ao posicionamento de herdeiros da tradição uspiana de Candido na prática da historiografia literária brasileira, especialmente Schwarz, mas — salvo engano — jamais parece ter sido implementada num projeto de “História da Literatura Brasileira”. Apesar de exercícios de crítica sobre o tema, nenhum dos estudiosos supracitados tem um projeto historiográfico que trabalhe com uma definição suficientemente plural do fenômeno literário no Brasil para compreender literaturas brasileiras que sejam clássicas em seus localismos e localistas em seus classicismos.⁷

Esse programa historiográfico, apesar de inédito, aparece em toda a sua potência nas palavras com que Weber encaminha sua interpretação dos posicionamentos críticos de Machado sobre o tema, numa clarividência que pode ser retomada aqui à guisa de sugestão do que ainda está por vir:

[H]á que se considerar que à libertação temática Machado contrapunha, como ponto de equilíbrio, o “instinto”, que passava a mediação entre os temas “universais”, as “influências” e a sua imbricação histórica local. Com isso, evidentemente, o ensaio machadiano apontava, com muita clareza, para *o lugar de onde se fazia* a literatura. Isto é: se Machado nos indica que o que deve interessar não são os temas e as “influências” em si mesmos, genericamente, ele nos alerta, no entanto, para a importância do lugar de onde se os apanha. Isso, para a crítica e a historiografia, significa que o que importa é o lugar onde se *produz* a literatura e, também, poderíamos aduzir, *o lugar de onde se a lê*. (WEBER, 1997, p. 201, grifos do autor).

REFERÊNCIAS

ABRAMS, M. H. *O espelho e a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica*. Trad. Alzira Vieira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro: Romance brasileiro*. Prefácio de Nelson Werneck Sodré. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

⁷ A proposta de Luís Augusto Fischer, em *Duas formações, uma história* (2021), apesar de interessante em seu gesto de revolta contra a univocidade do cânone estabelecido pela historiografia da Literatura Brasileira, acaba se limitando a propor uma única alternativa (a tradição “sertaneja”) à hegemonia “litorânea” desse campo. A proposta evidentemente fica aquém da pluralidade de literaturas brasileiras que poderiam ser apresentadas por uma prática historiográfica mais aberta às diferenças silenciadas pela tradição canônica.

ARAÚJO, Nabil. *Do conhecimento literário: ensaio de epistemologia interna dos estudos literários (Crítica e Poética)*. 2006. 579f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

ARAÚJO, Nabil. *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos*. 1. Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. Orig. 1873. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/109-noticia-da-atual-literatura-brasileira-instinto-de-nacionalidade>>. Acesso em 31 abr. 2022.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. 3 v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1962.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A Literatura no Brasil*. Vol. I: Introduções; Barroco; Neoclassicismo; Arcadismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1968.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal : suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris : Lecoq et Durey, 1826.

DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Trad. André Telles, Gilza Martins Saldanha da Gama. Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio, UnB, 1992.

FISCHER, Luís Augusto. *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio*. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *L'Absolu littéraire: théorie de la littérature du romantisme allemand*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

LAKS, André. *Introdução à “filosofia pré-socrática”*. Trad. Miriam Campolina Diniz Peixoto. São Paulo: Paulus, 2013.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. Ensaio sobre a historia da literatura do Brasil. *Nitheroy: Revista Brasiliense*, T. 1, n. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836, p. 132-159.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SCHAEFFER, Jean-Marie. *La Naissance de la Littérature*. Paris : Presses de l'École Normale Supérieure, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

TURNER, James. *Philology: The Forgotten Origins of the Modern Humanities*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2014.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

ZILBERMAN, Regina. Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional. *Via Atlântica*, v. 1, n. 4, p. 18-51, 2000.